

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I – EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

Capítulo II – CONTRATOS

1. Conceito
2. Evolução histórica: de Roma ao Novo Código Civil
3. Princípios da nova teoria contratual
 - 3.1. Função social do contrato
 - 3.2. Autonomia de vontade
 - 3.3. Obrigatoriedade das convenções
 - 3.4. Relatividade dos efeitos do contrato
 - 3.5. Boa-fé objetiva
 - 3.6. Transparência
4. Classificação dos contratos
5. Contratos de adesão
 - 5.1. Características básicas
 - 5.2. Natureza jurídica dos contratos de adesão
 - 5.3. Interpretação dos contratos de adesão
 - 5.4. Disposição legal acerca dos contratos de adesão

Capítulo III – OPERAÇÕES BANCÁRIAS E INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

1. As operações bancárias e as relações de consumo
2. A controvérsia acerca da aplicabilidade do CPDC

Capítulo IV – CONTRATOS BANCÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Depósito – histórico e conceito
 - 1.1. Utilidade prática
 - 1.2. Forma de efetuação
 - 1.3. Questões controvertidas
 - 1.3.1. A natureza jurídica do contrato
 - 1.3.2. Prazo máximo para o resgate
2. Abertura de conta
 - 2.1. Conta-corrente – conceito e histórico
 - 2.1.1. Natureza jurídica e características
 - 2.1.2. Modalidades
 - 2.1.3. Utilidade prática
 - 2.1.4. A regulamentação efetuada pelo Bacen (Res. n. 3.919/2010)
 - 2.2. A conta poupança
 - 2.3. A conta salário
 - 2.4. A conta bancária
 - 2.5. Questões controvertidas e posicionamento jurisprudencial
 - 2.5.1. Executividade do contrato de conta-corrente
 - 2.5.2. Executividade do contrato de abertura de crédito acompanhado de nota promissória
 - 2.5.3. O cadastramento das contas bancárias

- 2.5.4. Possibilidade de encerramento unilateral da conta pela instituição financeira
- 3. Abertura de crédito – histórico e conceito
 - 3.1. Utilidade prática
 - 3.2. Natureza jurídica
 - 3.3. Modalidades
 - 3.4. Classificação
 - 3.5. Questões controvertidas
- 4. Empréstimo (mútuo) – histórico e conceito
 - 4.1. Utilidade prática
 - 4.2. Forma de efetuação
 - 4.3. Classificação
 - 4.4. Questões controvertidas
 - 4.4.1. Os efeitos da promessa de mútuo
 - 4.4.2. A devolução do valor do empréstimo antes do prazo avançado sem o pagamento dos juros apurados
 - 4.4.3. Aplicabilidade do CPDC ao financiamento da casa própria pelo Sistema Financeiro de Habitação
- 5. Antecipação – histórico e conceito
 - 5.1. Utilidade prática
 - 5.2. Forma de efetuação
 - 5.3. Classificação
- 6. Desconto bancário – histórico e conceito
 - 6.1. Utilidade prática
 - 6.2. Forma de efetuação
 - 6.3. Questões controvertidas
 - 6.3.1. A natureza jurídica do contrato
 - 6.3.2. As espécies e os efeitos do endosso e a responsabilidade do banco
- 7. Crédito documentado – histórico e conceito
 - 7.1. Utilidade prática
 - 7.2. A abstração como característica
 - 7.3. Natureza jurídica
 - 7.4. Modalidades
- 8. Cartão de crédito – histórico e conceito
 - 8.1. Classificação dos cartões de crédito
 - 8.2. Elementos do sistema
 - 8.3. Mecanismo prático
 - 8.4. As relações entre os elementos (integrantes) do sistema
 - 8.5. Questões controvertidas
 - 8.5.1. Responsabilidade da empresa emissora
 - 8.5.2. Juros abusivos
 - 8.5.3. Cláusula mandato
- 9. *Leasing* – histórico e conceito
 - 9.1. Utilidade prática
 - 9.2. Forma de efetuação
 - 9.3. As modalidades
 - 9.3.1. O *leasing* operacional (*leasing* industrial)
 - 9.3.2. O *leasing* financeiro
 - 9.3.3. O *lease-back* (ou *sale lease-back*)
 - 9.3.4. Outras formas de *leasing*
 - 9.4. Estrutura do preço pago. A contraprestação, o valor residual (VR) e o valor residual garantido (VRG)
 - 9.5. Questões controvertidas

- 9.5.1. A natureza jurídica do contrato
- 9.5.2. Perecimento do bem arrendado
- 9.5.3. Contratos em moeda estrangeira e a variação cambial
- 9.5.4. Possibilidade de cobrança antecipada do valor residual (VR): a controvérsia, as súmulas e a solução final do E. Superior Tribunal de Justiça
- 9.5.5. Impossibilidade de devolução do VRG antes da entrega do veículo
- 9.5.6. Quando o VRG pode/deve ser devolvido
- 9.5.7. O VRG como forma de pagamento (compensação) do saldo devedor
- 9.5.8. O suposto enriquecimento sem causa dos arrendadores nos casos de retenção do VRG. Pacificação pelo E. STJ
- 9.5.9. Responsabilidade civil da arrendadora
- 10. Alienação fiduciária – histórico e conceito
 - 10.1. Utilidade prática
 - 10.2. Características
 - 10.3. Natureza jurídica e classificação
 - 10.4. A ação de busca e apreensão e as inovações trazidas pela Lei n. 10.931/2004 e depois pela Lei n. 13.043/2014
 - 10.5. Alienação fiduciária de bens imóveis
 - 10.6. Diferenças entre a alienação fiduciária e o arrendamento mercantil (*leasing*)
 - 10.7. Questões controvertidas
 - 10.7.1. Possibilidade de alienação fiduciária de bens fungíveis
 - 10.7.2. A anotação do contrato de alienação fiduciária no registro de automóveis
 - 10.7.3. A prisão civil no contrato de alienação fiduciária
- 11. Aluguel de cofre – histórico e conceito
 - 11.1. Utilidade prática
 - 11.2. Questões controvertidas
 - 11.2.1. Natureza jurídica do contrato
 - 11.2.2. Responsabilidade do banco
 - 11.2.3. Excludentes da responsabilidade
 - 11.2.4. A cláusula de não indenizar
 - 11.2.5. A prova do dano
- 12. Contrato de penhor – histórico e conceito
 - 12.1. Natureza jurídica
 - 12.2. Utilidade prática, elementos e efeitos
 - 12.3. Modalidades
 - 12.4. Extinção do penhor
 - 12.5. O penhor de objetos na Caixa Econômica Federal
 - 12.5.1. Quando se descobre que o bem empenhado é de terceira pessoa
 - 12.5.2. Validade da cláusula que delimita valor do bem em caso de perecimento
 - 12.5.3. Sofrimento de danos morais pela perda do bem

Capítulo V – OUTRAS QUESTÕES CONTROVERTIDAS

- 1. Juros – histórico e conceito
 - 1.1. Natureza jurídica
 - 1.2. Classificação
 - 1.2.1. Juros legais e convencionais
 - 1.2.2. Juros compensatórios e moratórios
 - 1.2.3. Juros simples e compostos (anatocismo)
 - 1.3. A evolução da matéria no Direito brasileiro
 - 1.3.1. Do Código Comercial (1850) à Súmula n. 596 do STF
 - 1.3.2. A Constituição de 1988

- 1.3.3. A limitação prevista no artigo 192, § 3º, da CRFB/1988 e a Emenda Constitucional n. 40
 - 1.3.4. O Código de Proteção e Defesa do Consumidor (1990)
 - 1.3.5. O Código Civil (2002)
 - 1.3.6. Conclusões
 - 1.4. Cobrança de juros pela taxa de mercado
 - 1.5. Cobrança de juros compostos (anatocismo)
 - 1.6. Cédula de crédito bancário
 - 1.7. Cobrança de comissão de permanência
 - 1.7.1. Origem, conceito e natureza jurídica
 - 1.7.2. A não potestatividade de cláusula fixando a comissão de permanência pela taxa de mercado: a Súmula n. 294 do STJ
 - 1.7.3. A comissão de permanência e a correção monetária: a Súmula n. 30 do STJ
 - 1.7.4. Cumulatividade da comissão de permanência com os juros remuneratórios: a Súmula n. 296 do STJ
 - 1.7.5. Cumulatividade com os juros moratórios e a cláusula penal
 - 1.8. Superendividamento
 - 1.8.1. Definição
 - 1.8.2. Elementos
 - 1.8.3. Espécies de superendividamento
 - 1.8.4. O superendividamento analisado pelos Tribunais
 - 1.8.5. Perspectivas legislativas
 2. Sigilo bancário – histórico e conceito
 - 2.1. Evolução da proteção ao sigilo no Direito brasileiro
 - 2.2. A possibilidade de “quebra” do sigilo bancário
 - 2.3. O Fisco
 - 2.4. As Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI
 - 2.5. O Ministério Público
 3. Responsabilidade civil das instituições bancárias
 - 3.1. Compensação de cheques falsificados
 - 3.2. Abertura de conta-corrente com documentos falsos
 - 3.3. Débitos (ou saques) não reconhecidos (ou indevidos)
 - 3.3.1. Posse e guarda do cartão e senha
 - 3.3.2. “Sequestro relâmpago”
 - 3.3.3. Golpes eletrônicos
 - 3.3.4. Os novos cartões com *chip* e a posição da jurisprudência nacional
 - 3.4. Endosso falsificado
 - 3.5. Aplicações de risco
 - 3.6. Porta giratória e revista
 - 3.7. Filas
 - 3.8. Responsabilidade por assaltos
 - 3.8.1. No interior das agências bancárias
 - 3.8.2. Nos caixas eletrônicos (TAA)
 - 3.8.3. Nos estacionamentos
 - 3.8.4. Na via pública (“saidinha de banco”)
 - 3.9. Inserção em cadastros
 - 3.9.1. Abusividade da inserção
 - 3.9.2. Requisitos para a inserção
 - 3.9.3. Ausência de aviso da inserção
 - 3.9.4. Obrigação de retirada e manutenção indevida
 - 3.9.5. Permanência ou inclusão durante discussão da dívida em juízo
 - 3.9.6. Os danos decorrentes da negativação indevida
 - 3.9.7. Estabelecimento do *quantum*

Bibliografia

Anexo I – SÚMULAS REFERENTES ÀS ATIVIDADES BANCÁRIAS, JUROS E ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Anexo II – RECURSOS REPETITIVOS REFERENTES ÀS ATIVIDADES BANCÁRIAS, JUROS E ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA